

Da classificação dos seres à classificação dos saberes

por

Olga Pombo

"Os animais dividem-se em a) pertencentes ao imperador, b) embalsamados, c) amestrados, d) leões, e) sereias, f) fabulosos, g) cães soltos, h) incluídos nesta lista, i) que se agitam como loucos, j) inumeráveis, k) desenhados com um pincel finíssimo de pêlo de camelo, l) etc, m) que acabam de partir o jarrão, n) que de longe parecem moscas"

Jorge Luís Borges, "O idioma analítico de John Wilkins",
Prosa completa, vol. 3, pag.111.

O que perturba neste fragmento do imaginário de Borges, o que nos coloca numa situação de desamparo, de inqualificável mal-estar, é o facto de ele nos confrontar com classificações insólitas, completamente estranhas às categorias do nosso pensamento. Nas primeiras linhas do prefácio a essa obra emblemática do nosso século que é Les Mots et les Choses (1966), Michel Foucault declara ter o livro nascido do riso provocado pela leitura do texto de Jorge Luís Borges acima citado, texto que, como Foucault escreve "sacode à sua leitura, todas as familiaridades do pensamento - do nosso pensamento, do pensamento que tem a nossa idade e a nossa geografia - abalando todas as superfícies ordenadas e todos os planos que tornam sensata para nós a pululação dos seres, fazendo vacilar e inquietando por longo tempo a nossa prática milenária do Mesmo e do Outro" (Foucault, 1966: 3).

Na verdade, nada nos parece mais "natural", óbvio e indiscutível que as classificações dos entes, dos factos e dos acontecimentos que constituem os quadros mentais em que estamos inseridos. Elas constituem os pontos estáveis que nos impedem de rodopiar sem solo, perdidos no desconforto do inominável, da ausência de "idades" ou "geografias". Só elas nos permitem orientar-nos no mundo à nossa volta, estabelecer hábitos, semelhanças e diferenças, reconhecer os lugares, os espaços, os seres, os acontecimentos; ordená-los, agrupá-los, aproximá-los uns dos outros, mantê-los em conjunto ou afastá-los irremediavelmente.

Nós não discutimos as classificações a partir das quais o nosso próprio discurso se constrói. "Anteriores às palavras, às percepções e aos gestos" (Foucault, 1966: 9), essas classificações primordiais aparecem-nos como óbvias e inquestionáveis. Elas são, como diz Foucault (1966: 10), os "códigos ordenadores" da nossa cultura. Códigos fundamentais de todas as culturas, não no sentido vulgarmente sociológico e relativista de instituições que variam de uma "idade" para outra, de uma "geografia" para outra, mas como aqueles que "fixam logo á entrada, para cada homem, as ordens empíricas com que ele terá que lidar e em que se há-de encontrar" (Foucault, 1966: 8), solos epistémicos "onde os próprios conhecimentos enraízam a sua possibilidade" (Foucault, 1966: 10) e onde o olhar minucioso, descritivo, hierarquizador e relacional que torna possível a constituição de todos os saberes encontra o seu próprio princípio de instituição.

No reconhecimento da radicalidade do problema da classificação, da sua inscrição no desejo - e necessidade primordial - de compreender e ordenar a variedade que nos rodeia, procuraremos, num 1º momento, dar conta dos principais campos de aplicação da classificação; num 2º momento, procederemos ao apuramento das categorias gerais que permitam uma aproximação suficiente ao conceito de classificação. Num 3º momento, apresentaremos alguns exemplos dos principais tipos de classificações.

1. Principais campos da classificação

Considerando a situação do problema da classificação no nosso século, Diemer (1974: 145) identifica quatro grandes orientações, a saber: uma orientação ontológica (classificação dos seres), uma orientação gnosiológica (classificação das ciências), uma orientação biblioteconómica (classificação dos livros) e uma orientação informacional (classificação das informações).

Embora a emergência de cada uma destas orientações seja correspondente a diferentes fases de desenvolvimento histórico do problema da classificação, todas elas mantêm, ainda hoje, a sua especificidade. Assim, ao primeiro nível (classificação dos *seres*) corresponde o problema da classificação *nas* ciências o qual, desde Aristóteles até aos nossos dias, interessa fundamentalmente aos lógicos e aos cientistas ligados a domínios em que a classificação tem um papel importante, tais como a biologia, a geologia, a cosmologia, a antropologia ou a tipologia psicológica.

Ao segundo nível (classificação dos *saberes*) corresponde o problema da classificação *das* ciências, problema que sempre interessou aos filósofos e todos aqueles

que procuram pensar a ciência e os produtos da sua actividade. Embora seja possível recuar até ao Renascimento e ao século XVII e encontrar aí o desenvolvimento, por vezes obsessivo, de uma intensa actividade de classificação das ciências, é fundamentalmente no século XIX que a classificação das ciências se constitui como actividade própria da filosofia das ciências. Em resposta ao fenómeno da constituição de novos ramos fundamentais do conhecimento científico (a Biologia e as primeiras ciências humanas, a Sociologia e a Psicologia) e, como que pretendendo antecipar a vertiginosa especialização e evitar as dificuldades que, previsivelmente, ela vai colocar à actividade de classificação das ciências, a filosofia da ciência assumiu como sua tarefa principal a questão da relação entre as várias ciências. A classificação das ciências é então actividade filosófica autónoma, determinada por razões teóricas, especulativas, de conquista de uma mais rica compreensão das relações entre os saberes, ou visando efeitos normativos sobre as ciências da época. É assim que com Augusto Comte, Ampère e Spencer, a classificação das ciências se constituirá mesmo no problema central da filosofia das ciências. No século XX, o problema da classificação das ciências perderá esse estatuto de centralidade no interior da filosofia das ciências. O que não significa que não continuem a ser apresentadas propostas importantes como é o caso de Peirce, Kedrov, Piaget ou Foucault.

Ao terceiro e quarto níveis (classificação dos *livros* e das *informações*) corresponde a constituição de uma *ciência da classificação*, isto é, de um novo domínio científico que tem por tarefa o estudo de todos os possíveis sistemas de classificação. O objecto de análise é então o conceito de classificação na sua idealidade e abstracção máxima; o objectivo, a constituição de uma teoria da classificação que estude a totalidade dos possíveis sistemas de classificação e determine os meios da sua realização. Domínio que, interessando directamente aos classificacionistas, solicita de novo a colaboração dos filósofos¹. Mercê da sua primordial função de fundamentação e, digamos assim, da sua experiência no tratamento dos problemas do conhecimento e da classificação das ciências, a filosofia acaba por adquirir uma nova e unsuspeitada importância². Centrando agora a sua análise na classificação enquanto operação de repartição de um conjunto de objectos quaisquer em classes coordenadas e subordinadas entre si com base em critérios explícitos e previamente escolhidos, a actividade filosófica reveste-se aqui de uma

¹Diemer (1974: 158) não hesita mesmo em considerar que a filosofia é "a alma" do projecto de constituição de uma ciência da classificação.

²Nesse sentido se poderá entender a realização em 1971 de uma Conferência Internacional em Ottawa reunindo, pela primeira vez, filósofos e classificacionistas. Subordinada ao título "Conceptual Basis of the classification of Knowledge", a conferência reconhecia claramente a dependência da constituição de um sistema geral de classificação face aos problemas clássicos da teoria do conhecimento. Nas palavras do seu principal promotor, Jerzy A. Wojciechowski, a conferência visava "a clarificação dos *problemas filosóficos* subjacentes à classificação geral do saber" (Wojciechowski, 1974a: 7, sublinhados nossos). Na mesma linha vai a criação, em 1989, da "International Society for Knowledge Organization" (ISKO) visando reunir especialistas do campo da "lógica, teoria dos sistemas, ciência da organização, psicologia, *teoria da ciência*, informática, linguística e filosofia, particularmente *epistemologia*" (ISKO, 1991, sublinhados nossos).

natureza eminentemente lógica e tangencialmente matemática, desenrolando-se no âmbito de uma teoria das classes e de uma teoria das relações.

2. O conceito de classificação

É na Escola de Bruxelas que, no nosso século, vamos encontrar os representantes mais destacados da vertente lógica do problema da classificação das ciências, particularmente em Chaïm Perelman e, sobretudo, no seu discípulo Leo Apostel.

Segundo Apostel (1963: 195) há cinco características gerais de toda a classificação real³: 1) cada classificação tem por detrás um determinado *mecanismo classificador* que executa, melhor ou pior, as operações necessárias à classificação, 2) cada classificação persegue uma mais ou menos sistemática *multiplicidade de fins* que, em última análise, vão determinar a sua estrutura, 3) cada classificação exerce-se sobre *um domínio da realidade* cujas estruturas internas tornam mais ou menos fácil as operações necessárias à classificação, 4) cada classificação constroi-se no contexto das *classificações precedentes* do mesmo domínio, ou seja, há uma inexorável historicidade das classificações ao longo da qual os domínios classificados podem ser modificados, as divisões podem ser completadas, novos critérios de classificação podem ser acrescentados, 5) para cada classificação existe um *produto externo da actividade classificadora* que se apresenta como uma árvore genealógica mais ou menos regular, isto é, toda a classificação supõe uma dupla operação: o estabelecimento de equivalências entre classes do espaço classificatório global; o estabelecimento de hierarquias entre subclasses no interior das classes previamente estabelecidas.

Em interacção constante e podendo variar diferentemente conforme os casos, estas características aplicam-se a todas as classificações reais e portanto também às classificações das ciências historicamente produzidas. Assim: 1) toda a classificação das

³Definindo a teoria da classificação como "estudo das classificação ideais" (Apostel, 1963: 170), "determinação das condições formais a que qualquer classificação deve obedecer" (1963: 157), Apostel começa por caracterizar a classificação ideal enquanto hierarquia, finita e progressiva, de divisões sucessivas (cf. 1963: 160), isto é, como devendo comportar um número finito de divisões e um número finito de classes dentro de cada divisão (finitude da classificação) e, em cada nível subsequente, não devendo comportar conjuntos idênticos a outros conjuntos de níveis anteriores (progressividade da classificação). Tais divisões nunca devem ser vazias nem sobreponíveis (total ou sequer parcialmente) e devem ser exaustivas, isto é, cobrir toda a extensão do domínio a classificar. Porém, segundo Apostel, para entender o que são as classificações reais - por exemplo, as classificações científicas tal como aparecem nas ciências empíricas - é necessário introduzir "aproximações enfraquecidas" (1963: 165) na definição previamente estabelecida de classificação ideal. Partindo de um estudo transversal das classificações em diferentes ciências, da Química à Biologia, da Astronomia à Cristalografia, da Antropologia à Estratigrafia (cf. 1993: 171-192), e procurando "o modo de desvio" (1963: 193) das classificações reais face às classificações ideais, o objectivo de Apostel não é assinalar as imperfeições e irregularidades que as diversas classificações reais comportam mas, ao contrário, procurar "uma sistemática escondida no interior das anomalias assinaladas" (1963: 194).

ciências supõe um *agente classificativo*, seja ele um filósofo como Bacon ou Peirce, um cientista como Ampère, um epistemólogo como Piaget ou Kedrov, um educador como Cícero, um alegorista como Martianus Capella, ou um construtor de enciclopédia como Chambers ou Diderot e D'Alembert; 2) cada classificação das ciências tem por detrás um determinado *mecanismo classificador* que, melhor ou pior, executa as operações necessárias à classificação, tanto em termos da constituição de uma nomenclatura adequada aos diferentes arranjos disciplinares propostos (Ampère), como operando por obediência a exigências de proliferação (Bacon), de derivação (Leibniz), de linearidade (Comte), de regularidade e simetria (Ampère), de circularidade (Piaget), de hierarquia (St. Agostinho) ou mesmo de subordinação (S. Boaventura); 3) toda a classificação das ciências supõe um *princípio de classificação*, que, conforme os casos, poderá ser o fim a que as ciências se propõem (Aristóteles), a proximidade ao criador que proporcionam (St. Agostinho), a ordem histórica da sua constituição e progressiva diferenciação (Comte), a natureza dos objectos estudados (Ampère), as faculdades humanas mobilizadas (Bacon), as relações organizativas que mantém entre si (Peirce), a sua interdependência recíproca (Piaget) ou a sua articulação dialéctica (Kedrov); 4) toda a classificação das ciências persegue uma *multiplicidade de fins* que podem ir do puro interesse especulativo (Aristóteles), à orientação normativa da actividade científica (Bacon, Comte, Piaget), à organização de uma enciclopédia (Diderot e D'Alembert), à determinação de um programa de estudos (Cícero, St. Agostinho), ou até mesmo à organização de uma biblioteca (Leibniz); 5) a classificação das ciências exerce-se sobre um conjunto de *elementos finitos*, as ciências constituídas ou em vias de constituição. Não sobre todo o conjunto das ciências possíveis, mas tão só sobre o conjunto das ciências constituídas numa determinada época ou nela já previsíveis (Comte, Spencer, Wundt). No entanto, embora as classificações das ciências visem sempre a cobertura global das ciências do seu tempo, algumas prevêm mecanismos de abertura a ciências ainda não constituídas, isto é, estão abertas para o futuro, antecipando de alguma maneira a sua própria reestruturação (Ampère, Peirce); 6) cada classificação das ciências constroi-se no contexto das classificações precedentes, isto é, implica, não apenas uma dimensão sincrónica, uma sistemática dos saberes constituídos na época, como também uma dimensão diacrónica, ou seja, integra-se no contexto da história das classificações das ciências; 7) para cada classificação das ciências existe um *produto externo da actividade classificadora*, tanto em termos da constituição de uma nomenclatura⁴ como da produção de sistemas diagramáticos de articulação das ciências. Conforme os casos, esses sistemas apresentam-

⁴ Como escreve F. Gil, "em todos os domínios científicos, tanto na biologia como nas matemáticas, na química e nas ciências da Terra, a história das classificações consiste, antes de qualquer outra coisa, na elaboração de sistemas de designações que satisfaçam essas exigências" (1984: 135).

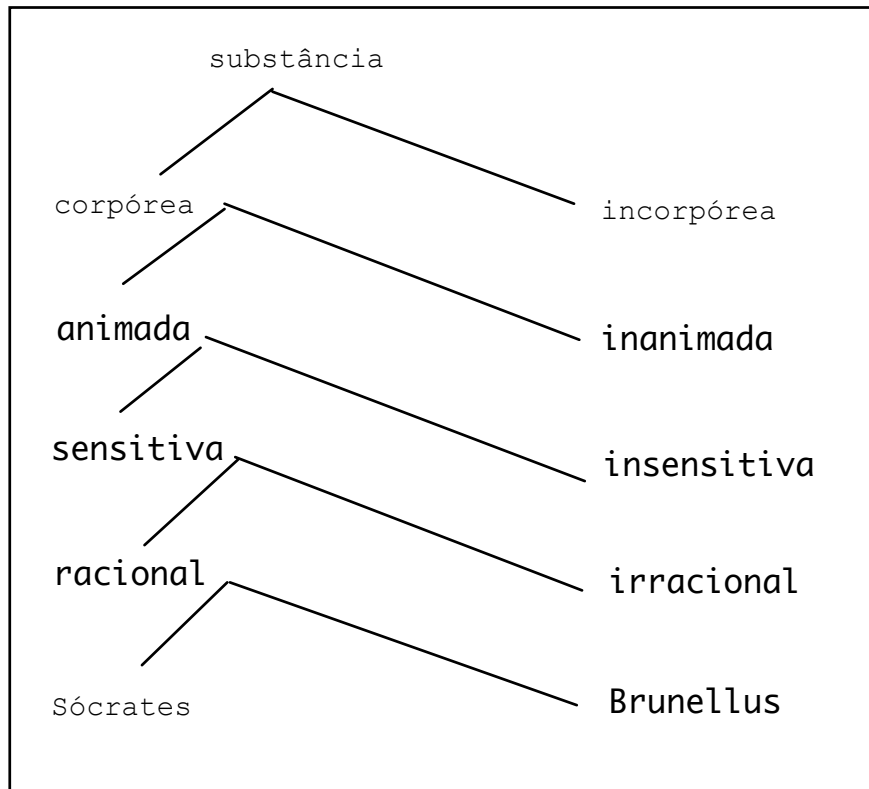
se como uma estrutura hierárquica (St. Agostinho, S. Boaventura), uma árvore genealógica (Lull), uma tábua de chavetas (o "Système figuré" de Diderot e D'Alembert, Spencer ou Ampère), um quadro sistemático sem chavetas mas também diagramaticamente estruturado (Peirce), um polígono (Kedrov), um círculo (Piaget), um poliedro a três dimensões (Foucault).

3. Tipos fundamentais de classificações

Num artigo intitulado Réflexions philosophiques sur la classification (1963), Perelman distingue dois tipos fundamentais de classificações: 1) as dicotomias, baseadas na presença ou ausência de uma determinada propriedade, e 2) as classificações baseadas numa propriedade qualificada como diferença específica. Ainda segundo Perelman, as dicotomias seriam as "classificações logicamente mais satisfatórias" (1963: 232) uma vez que nelas o espaço classificatório, isto é, o conjunto dos objectos a classificar, é sucessivamente dividido em dois subconjuntos simultaneamente exclusivos e exaustivos.

Um dos primeiros episódios deste primeiro tipo de classificações é a árvore de Porfírio, apresentada na sua célebre introdução - Eisagoge - à tradução do tratado das categorias de Aristóteles. Partindo da teoria dos predicados de Aristóteles⁵, a classificação de Porfírio constitui-se como um conjunto hierárquico finito de géneros e espécies, que funciona por dicotomias sucessivas, de acordo com o esquema seguinte:

⁵Cf. Analíticos Posteriores, II, XIII, 96b 25-97b 25 onde Aristóteles define um conjunto de regras para divisão dos géneros e das espécies, partindo dos géneros universais até às espécies ínfimas. Para um estudo sobre as relações entre Porfírio e Aristóteles, nomeadamente no que diz respeito à contribuição do Eisagoge na transmissão do pensamento lógico de Aristóteles, cf. Evangeliou (1988).



(esquema ilustrativo da árvore de Porfírio)

Codificando, pela primeira vez, o esquema dicotómico que procede do geral ao particular, da maior extensão à maior compreensão, do género à *species infima*, a classificação de Porfírio vai ter uma influência enorme na posterior teoria da definição e classificação dos seres, desempenhando, durante séculos, funções que só a moderna ordenação evolutiva dos seres irá resgatar⁶. No que diz respeito à classificação das ciências, a árvore de Porfírio desempenhará também um lugar de relevo, nuns casos, dando origem a classificações fortemente dicotómicas (Ampère), noutros, traduzindo-se simplesmente por uma maior ou menor exigência de simetria. Em qualquer caso, é Porfírio quem oferece, pela primeira vez, uma primeira representação arborescente da ideia de classificação⁷. Ainda que, como faz notar Umberto Eco (1983: 63), a *Eisagoge* de Porfírio não recorra a uma qualquer representação icónica, ela sugere claramente a imagem de árvore⁸.

⁶Lido, traduzido e comentado durante mais de mil anos, a influência deste pequeno tratado de Porfírio, far-se-á sentir, não apenas na Idade Média, nomeadamente por intermédio da tradução para latim que Boécio efectuará, mas também no século XVI, nomeadamente, em Pierre de La Ramée (1515-1572).

⁷Na verdade, como mostra G. G. Granger (1967, II: 50-51), toda a classificação arborescente é reductível à dicotomia. O procedimento consiste então, de acordo com a figura seguinte, em acrescentar uma classe suplementar (c') que subsume um conjunto de sub-classes (a e b) opondo-as, em bloco, a uma só classe do mesmo nível.

⁸Para um estudo da árvore de Porfírio, das sucessivas leituras de que foi alvo durante a Idade Média, e das diversas representações arborescentes a que deu origem, cf. Humberto Eco (1983: 58-71).

Quanto às classificações baseadas na diferença específica, isto é, numa propriedade "incompatível com todas as outras propriedades situadas no mesmo nível da classificação" ((Perelman, 1963: 232), a sua dificuldade é tanto maior quanto maior é o número das várias propriedades que podem desempenhar a função de diferença específica. A escolha de uma ou outra dessas propriedades terá como resultado diferentes arranjos das realidades a classificar e, conseqüentemente, a constituição de diferentes classificações. Classificar é então escolher uma entre outras classificações logicamente possíveis procurando encontrar, para a escolha feita, um conjunto de razões suficientes. É o caso da classificação das ciências onde há sempre várias propriedades que podem dar origem a diferentes classificações. Como escreve Diderot no artigo *encyclopédie*, "Quer o universo seja real ou inteligível, há uma infinidade de pontos de vista sob os quais pode ser representado e o número dos sistemas possíveis do conhecimento humano é tão grande como o desses pontos de vista" (1994: 394).

É aqui que se coloca a questão da *naturalidade* ou *arbitrariedade* da classificação uma vez que a escolha da classificação se faz então a partir da maior ou menor atenção às *afinidades* que devem permitir reunir em classes as diversas realidades a classificar. Como diz Perelman, "nas classificações naturais, os elementos que têm maiores afinidades entre si deveriam estar mais próximos no espaço classificatório do que aqueles que têm menores afinidades" (Perelman, 1963: 232). É claro que, justamente em nome dessas afinidades, é possível retirar a conclusão inversa, ou seja, que nenhuma classificação natural é possível, que qualquer classificação implica uma irreduzível arbitrariedade. Tendo por base o estabelecimento de classes e suas respectivas fronteiras, a classificação mais não faz do que quebrar, violenta e arbitrariamente, a cadeia de *imperceptíveis nuances* que liga os seres entre si. Como Buffon escrevia com o seu continuísmo de forte inspiração leibniziana: "percorrendo sucessivamente e por ordem os diferentes objectos que compõem o universo e colocando-se na perspectiva de todos esses seres criados, o homem verá com espanto que é possível descer, por *degraus quase insensíveis*, da criatura mais perfeita até à matéria mais informe, do animal melhor organizado até ao mineral mais bruto; o homem reconhecerá que estas *nuances imperceptíveis* são a grande obra da Natureza" (Buffon, 1749: 3, sublinhados nossos). Por outras palavras, no mundo da vida há uma plasticidade, uma diversidade, um tecido excessivo de imperceptíveis "nuances" que é irreduzível ao frio procedimento da divisão em classes.

Trata-se, como se sabe, de uma questão que foi decisiva na história da classificação em História Natural, tendo ficado emblematicamente ligada aos nomes de Lineu e Buffon. Contestando violentamente a possibilidade de constituição de um sistema natural de classificação das plantas tal como esta havia sido defendida por Lineu em

Systema Naturae (1736) e Genera Plantarum (1737), Buffon, considerará um erro metafísico procurar um sistema de classificação fundado nas ideias de classe, género e espécie. Como ele escreve no discurso introdutório da sua monumental Histoire Naturelle de 1749 intitulado "De la manière d'étudier et de traiter l'histoire naturelle": "é impossível dar um sistema geral, um método perfeito, não somente para a totalidade da história natural como mesmo para um só dos seus ramos pois, para fazer um sistema, um arranjo, numa palavra, um método geral, é necessário que tudo aí esteja compreendido; é necessário dividir esse todo em diferentes classes, dividir essas classes em géneros, subdividir os géneros em espécies, e tudo isso seguindo *uma ordem na qual entra necessariamente o arbitrário*. Mas a natureza caminha por *gradações desconhecidas* e, por consequência, ela não se pode prestar totalmente a essas divisões uma vez que ela passa de uma espécie a outra, e muitas vezes de um género a outro, por *nuances imperceptíveis*, de tal forma que se encontra, um grande número de espécies intermédias e de meios-objectos que não sabemos onde colocar e que perturbam necessariamente o projecto de um sistema geral" (Buffon, 1749: 3, sublinhados nossos).

Note-se que o reconhecimento da necessária arbitrariedade de todas as classificações não significa que Buffon rejeite a possibilidade de constituir uma classificação e que não procure mesmo que esta seja o mais 'natural' possível. Só que, enquanto que Lineu, fundado nas suas convicções fixistas, procurava olhar, descrever, nomear as formas estáveis da natureza, identificar os caracteres essenciais dos seus géneros, espécies e classes⁹, Buffon partia dos indivíduos, não ainda na sua organização interna, mas na sua fluida e luxuriante variedade de formas, na plasticidade dos seus comportamentos, na mobilidade da sua distribuição. É nesse sentido que para Buffon, a classificação "mais natural" só pode ser aquela em que o homem ocupe o centro. O ponto de vista do homem é o único princípio a partir do qual a classificação se pode estabelecer¹⁰. Trata-se, como diz Buffon, de "julgar os objectos da história natural pela relações que eles têm com o homem" (Buffon, 1749: 4). A multiplicidade dos seres só pode ser unificada e subsumida a partir da relação que o homem estabelece com esses seres¹¹.

Reconhecemos nesta exigência de *naturalidade* uma determinação que orienta,

⁹Numa passagem magnífica de ingenuidade e frescura, escreve Lineu (1749: 99): "segundo cálculos aproximativos, é possível contar cerca de 20.000 vegetais, 30.000 vermes, 12.000 insectos, 200 anfíbios, 2.600 peixes, 2.000 pássaros e 200 quadrúpedes, o que faz que no mundo haja 40.000 espécies vivas".

¹⁰Como mostra Foucault, o século XVIII vai em grande parte aperceber-se da especificidade do ser vivo pelo reconhecimento desse "calor um pouco subterrâneo que circula entre ele - objecto do nosso conhecimento - e nós outros, que intentamos conhecê-lo" (Foucault, 1966: 171).

¹¹Durante a sua estadia na prisão de Vincennes, Diderot leu e anotou cuidadosamente a Histoire Naturelle do seu amigo Buffon, recolhendo aí duas ideias fundamentais: 1) que todas as classificações transportarem consigo alguma arbitrariedade; 2) que o homem é o princípio organizador de toda a classificação dos saberes.

não só as controvérsias que mobilizam a sistemática naturalista do século XVIII, como também toda a história da classificação das ciências do século XIX que tem naquela o seu modelo. Como reconhece Augusto Comte, "a teoria geral das classificações, estabelecida nestes últimos tempos pelos trabalhos filosóficos dos botanistas e dos zoologistas, permite esperar um sucesso real neste trabalho (de classificação das ciências), oferecendo-nos um guia certo para o verdadeiro princípio fundamental da arte de classificar que nunca, até aqui, havia sido distintamente conhecido" (Comte, 1830, I: 49). Também Ampère reconhecerá o carácter exemplar das classificações em história natural. Como diz, "na classificação de todos os conhecimentos humanos, o filósofo deve considerar as verdades individuais como o naturalista considera as diversas espécies de vegetais e de animais" (Ampère, 1834: 7). E, já no nosso século, Peirce escreverá ainda: "a minha classificação das ciências pretende ser uma classificação natural tal como as que os biólogos taxonomistas desenharam" (Collected Papers, 327.6-8).

Relativamente às classificações baseadas na diferença específica, um segundo problema se coloca: como entender as *afinidades* que devem permitir constituir classificações *naturais* ? Como escolher o *critério* que pode permitir determinar essas afinidades ?

Segundo Perelman, essa procura tem sido concretizada de três modos diferentes, tendo dado origem a três diferentes tipos de classificações correspondentes: essencialistas, estruturais ou morfológicas e evolutivas ou genéticas. As classificações *essencialistas* são aquelas que toman o indivíduo como base do espaço classificatório. A naturalidade da classificação reside na existência de um conjunto de "caracteres (dominantes) aos quais se ligam o maior número de propriedades comuns (secundárias) aos elementos de uma mesma espécie" (Perelman, 1963: 233). Elas são dotadas de *previsibilidade* na medida em que a presença de caracteres dominantes arrasta consigo a presença dos caracteres secundários. O reconhecimento das relações entre esses dois tipos de caracteres está na origem da constituição das classificações *estruturais* ou *morfológicas*, aquelas que, justamente, elegem como critério de 'naturalidade' a existência de relações constantes entre as propriedades comuns aos elementos de uma mesma espécie. Trata-se então, num primeiro momento, de captar a estrutura dessas determinações, as suas relações de dependência, as suas influências recíprocas, o seu plano arquitectural. Num segundo momento, importará "situar cada estrutura no sistema geral de todos os seres caracterizados por estruturas variáveis" (Perelman, 1963: 234), isto é, constituir uma superestrutura classificativa abstracta e global no interior da qual cada estrutura realmente observada ocuparia o seu lugar, revelando-se enquanto uma das possíveis concretizações. O passo seguinte - a adopção de um ponto de vista *evolutivo ou genético* - consiste na

consideração dessas concretizações como "realizações que se sucedem efectivamente no tempo" (*ibid*). Cada estrutura aparece então como "momento de uma história efectivamente realizada" (*ibid*), o que reforça a sua localização no sistema geral de todas as classificações possíveis.

Mais uma vez, estamos perante um conjunto de categorias que, tendo uma aplicação directa à classificação dos seres, se podem igualmente aplicar à análise da classificação dos saberes. No que diz respeito à *classificação dos seres*, é possível encontrar os mesmos tipos de classificações em diferentes ciências e diferentes tipos de classificações numa mesma ciência. É o caso das classificações morfológicas que, embora se apliquem directamente à mineralogia e à cristalografia, surgem também na Biologia (Cuvier, Jeoffroy de St. Hilaire) e na linguística (Sapir). Da mesma maneira, as classificações genéticas, aquelas que se constroem pela escolha de uma dimensão dominante de natureza evolutiva relativamente à qual é determinado o lugar dos objectos classificados, podem encontrar essa dimensão na teoria da evolução (Biologia), nas afinidades das línguas a partir da sua ascendência (Linguística), ou no grau de desenvolvimento das nebulosas (Astronomia) (cf. Apostel, 1963: 198-9). Por outras palavras, nenhuma classificação real coincide com uma solução puramente unitária: as irregularidades e anomalias que as separam dos seus arquétipos ideais seriam justamente resultantes do facto de toda a classificação real combinar diferentes modos de aproximação à multiplicidade dos objectos a classificar (cf. Apostel, 1963: 200).

Também as *classificações das ciências* são classificações reais e, enquanto tal, não escapam às irregularidades e anomalias de que só as classificações ideais estariam isentas. Quer isto dizer que, na maior parte dos casos, também elas combinam diferentes tipos de procedimentos classificatórios, umas vezes de forma essencialista, pela determinação de caracteres comuns às diferentes ciências, por exemplo, a natureza dos seus objectos de estudo (Ampère) ou o fim a que se propõem (Aristóteles); outras vezes de forma estrutural, tomando por base articulações e influências recíprocas das ciências entre si (Piaget) ou determinações internas às próprias ciências (por exemplo, as faculdades cognitivas que nelas são privilegiadamente mobilizadas (Bacon ou Diderot); outras vezes de forma genética, tomando as ciências na sua progressiva diferenciação (Comte); outras vezes ainda de forma pragmática, tendo em vista a constituição de um programa de estudos (St. Agostinho), a realização de uma enciclopédia (Chambers, Diderot) ou a organização de uma biblioteca (Leibniz).

Para além das classificações essencialistas, morfológicas e genéticas, que Apostel qualifica de *soluções intrinsecas* na medida em que têm por base a natureza do domínio a

classificar, (respectivamente, o conjunto de caracteres dominantes comuns aos elementos de uma mesma espécie, a estrutura das suas determinações e a sua determinação genética fundamental), Apostel distingue ainda as classificações *pragmáticas*. Elas correspondem agora a uma *solução extrínseca*, isto é, ao abandono do isolamento do domínio a classificar em favor de uma perspectiva em que este é considerado na sua relação com o uso que o classificador pretende dar a esse domínio e com as acções que sobre ele pretende desencadear (cf. Apostel, 1963: 199).

É no contexto da *classificação documental e biblioteconómica*¹² que a classificação pragmática ocupa o seu lugar privilegiado. Segundo Bhattacharyya e Ranganathan (1974: 119), a diferença entre as classificações das ciências e as classificações documentais e biblioteconómicas reside justamente no carácter em geral meramente especulativo das primeiras em contraste com os intuitos funcionais imediatos das segundas. Enquanto que as primeiras são esquemas globais, sistemas teóricos que não descem a detalhes nem se enredam com minúcias de classificação de domínios restritos¹³, as segundas são propostas minuciosamente elaborados, em geral acompanhadas de um código em que cada classe é designada por um símbolo (veja-se o caso da classificação decimal de Melvil Dewey).

Na verdade, após a explosão documental que se seguiu à segunda guerra mundial, quando os métodos tradicionais de documentação deixaram de fazer qualquer sentido, as classificações documentais e biblioteconómicas passaram a ser elaboradas tendo em vista, ainda nos anos quarenta, facilitar a automatização das relações entre as

¹²Em termos genéricos, pode definir-se o objectivo da “ciência da documentação” como a tentativa de construção de um sistema global de classificação que permita a *análise*, a *organização sistemática*, a *codificação*, o *arquivo* e a posterior *disponibilização*, *consulta e utilização* de todo o tipo de documentos e informações. Constituída como ciência no fim do século XIX com Paul Otlet (1868-1944) e Henri Lafontaine (1853-1943), a documentação foi definida por Otlet no seu *Traité de Documentation: Le Livre sur le Livre, Théorie et Pratique* (1934), como “o processo pelo qual são reunidos, classificados e distribuídos todos os documentos de todos os tipos e de todas as áreas da actividade humana” (1934: 8). Tendo adquirido uma dimensão mundial nos anos 30 do nosso século, nomeadamente com a reunião, em 1937, do “1º Congresso Mundial de Documentação” em Paris e a constituição, em Haia, da “Federação Internacional de Documentação” (FID), a Documentação vai articular-se nos anos quarenta com a “teoria da informação” (teoria que visa a determinação das leis que governam o fenómeno da informação na sua dimensão física e matemática e que tem na obra *The mathematical theory of communication* (1948) de Claude E. Shannon a sua primeira formulação teórica unificada). As raízes da Documentação estão porém intimamente ligadas à “biblioteconomia”, disciplina que trata de todos os aspectos das operações realizadas “na” e “pela” biblioteca e às remotas investigações na área da organização das bibliotecas que estão na sua origem (nomeadamente, desde o *Advis pour dresser une bibliothèque* (1627) de Gabriel Naudé. Na verdade, para além do estudo dos processos de conservação e gestão dos livros, da determinação de uma política de novas aquisições, leitura e empréstimo, do estabelecimento de mecanismos de cooperação entre bibliotecas, etc, ela implica a elaboração de um conjunto de serviços de referência (catalogação, indexação e constituição de ficheiros) os quais implicam directamente a utilização de sistemas de classificação documental. Sobre as raízes históricas da relação entre documentação, teoria da informação e biblioteconomia, veja-se Grolier (1974) e, por exemplo, Fondin (1987).

¹³A grande excepção seria Leibniz que, no âmbito das funções de historiador e arquivista da casa de Brunswick, dedica às questões da classificação documental e da organização das bibliotecas uma atenção de profissional. Sobre esta área da multifacetada actividade intelectual de Leibniz, cf. Davillé (1909).

diversas classes de documentos¹⁴ e, a partir dos anos setenta, permitir decididamente a informatização eletrónica do processo documental. A classificação documental e biblioteconómica é hoje um conjunto de catálogos informatizados e interligados em rede com base numa linguagem documental artificial¹⁵, uma estrutura imaterial que conta com um sistema gigantesco de centros de documentação de carácter nacional e enciclopédico¹⁶, internacional e especializado¹⁷ ou, finalmente, internacional e enciclopédico¹⁸.

Ora, esta mutação, resultante da introdução das novas tecnologias no campo de trabalho da documentação, vem como que sublinhar ainda mais o carácter pragmático da classificação documental: a transferência para o computador das tarefas de conservação, inventariação e catalogação (disco óptico, memória holográfica), gestão (base de dados), recepção e emissão (edição eletrónica, fibra óptica, difusão telemática) de documentos, vai exigir um reforço imenso das capacidades pragmáticas da classificação, nomeadamente no que diz respeito a uma determinação conceptual cada vez mais rigorosa e à definição cada vez mais fina de uma linguagem codificada universal.

Porém, na biblioteconomia como na documentação como em todos os outros domínios, as melhores soluções pragmáticas são ainda, e necessariamente, aquelas que se propõem resolver os problemas de eficiência prática em termos teóricos e conceptuais. É assim que, se para o classificacionista, o que está em causa na apreciação do valor de uma classificação é a sua utilidade prática, a rapidez, exactidão e facilidade da sua utilização, para o filósofo, o problema da classificação é sempre, em última análise, um problema de adequação, isto é, de conformidade entre a classificação e o domínio de objectos classificados (cf. Wojciechowski, 1974: 14).

No quadro da ciência da classificação, a filosofia reencontra assim o seu lugar. À filosofia compete, tanto a *fundamentação* da nova ciência numa teoria crítica do saber, como a *transferência* de conhecimentos resultantes de uma experiência gnoseológica e epistemológica previamente adquirida. Não se trata de impôr soluções mas, ao invés, de dar um contributo reflexivo e dialógico às elaborações teóricas e técnicas que forem sendo

¹⁴É assim que, ainda nos anos quarenta, se passa da ficha manuscrita às fichas perfuradas de selecção mecânica e à utilização das técnicas de microfilmagem e selecção fotográfica.

¹⁵Assim por exemplo, o *Thesaurus*, processo de gestão de um stock documental informatizado e instrumento precioso da actual técnica documentalista, é um sistema que traduz em linguagem codificada universal as noções da linguagem natural, elimina os acidentes e reduz os termos equivalentes ou sinónimos a uma lista finita de termos usuais, desprovidos de ambiguidade. Por exemplo, o *Thesaurus of Psychological Index Terms*, editado por Alvin Walker e pela American Psychological Association desde 1994.

¹⁶Por exemplo, o "INIST", Institut national d'information scientifique et technique do C.N.R.S. em Paris, o "VINITI" em Moscovo e o "Institut for Science Information" em Philadelphia.

¹⁷Por exemplo, o "Japanese Information Centre of Science and Technology", o "Annual Services Technical Information Agency" (ASTIA) ou o Eric (Educational Resources Information Center) nos EUA ou o "European Space Research Organization (ESRO)".

¹⁸O que é já hoje (e será cada vez mais) a Internet senão uma incomensurável rede documental internacional.

propostas por todos aqueles que se disponham a trabalhar interdisciplinarmente na elaboração científica e técnica de uma ciência da classificação (cf. Lacharité, 1978: em especial 507-512).

Resumo

No reconhecimento da radicalidade do problema da classificação, da sua inscrição no desejo – e na necessidade primordial – de compreender e ordenar a variedade que nos rodeia, procurámos, no primeiro momento, delimitar o conceito de classificação. No segundo momento, procurámos distinguir diferentes tipos de classificações mostrando como é possível identificar quatro grandes orientações: uma orientação ontológica (classificação dos seres), uma orientação gnosiológica (classificação das ciências), uma orientação biblioteconómica (classificação dos livros) e uma orientação informacional (classificação das informações). Argumentámos que a emergência de cada uma destas orientações seria correspondente a diferentes fases de desenvolvimento histórico do próprio problema da classificação.

Referências Bibliográficas

- Ampère**, A.-M., (1834), Essai sur la Philosophie des Sciences. Exposition Analytique d'une Classification Naturelle de toutes les Connaissances Humaines, Paris: Bachelier.
- Apostel**, L., (1963), “Le Problème Formel des Classifications Empiriques”, in Centre National de Recherche de Logique / Société belge de Logique et Philosophie des Sciences (ed.), La Classification dans les Sciences, 157-230, Bruxelles: Éditions J. Duculot S.A. Gembloux.
- Aristóteles**, Organon, IV, (trad. franc. de J. Tricot, “Les Seconds Analytiques”), 3, 102-122, Paris: Vrin, (1979).
- Bhattacharyya**, G. e Ranganathan, S.R., (1974), “From Knowledge Classification to Library Classification”, in J.A. Wojciechowski (ed.), Conceptual basis of the Classification of Knowledge, 119-143, Pullach / Munchen: Verlag Dokumentation.
- Borges**, J. L., (1985a), O Idioma Analítico de John Wilkins, in Prosa Completa, vol 3, 109-113, Barcelona: Bruguera.
- Buffon**, G. L. L., (1749), Histoire Naturelle, Générale et Particulière, in Oeuvres, vol. I, Paris: Hachette (1845).
- Comte**, A., (1830), Cours de Philosophie Positive, Paris: J.B. Baillièrre et Fils, (1869).
- Davillé**, L., (1909), Leibniz Historien. Essai sur l'Activité et la Méthode Historique de Leibniz, Paris: Alcan.
- Diderot**, (1994), Oeuvres complètes de Diderot, Paris: Robert Laffont.
- Diemer**, A., (1974), “L'Ordre (Classification) Universel des Savoirs comme Problème de Philosophie et d'Organisation”, in J.A. Wojciechowski (ed.), Conceptual basis of the Classification of Knowledge, 144-160,

Pullach / Munchen: Verlag Dokumentation.

Eco, U., (1983), L' Antiporfirio, in G. Vattimo e P. Rovatti (eds.), Il Pensiero Debole, 52-80, Milano: Feltrinelli.

Evangeliou, C., (1988), Aristotle's Categories and Porphyry, Leiden / New York / Köln: Köbenaur.

Fondin, H., (1987), "L'Évolution des Systèmes et des Métiers du Traitement de l'Information. La crise du Monde Documentaire (et Bibliothécaire)", Documentaliste, XXIV, 1: 3-10.

Foucault, M., (1966), Les Mots et les Choses. Une Arquéologie des Sciences Humaines, (trad. port. de A. Ramos Rosa, "As Palavras e as Coisas. Uma Arqueologia das Ciências Humanas"), Lisboa: Portugália (s/d).

Gil, F., (1984), Mimésis e Negação, Lisboa: Imprensa Nacional.

Granger, G.- G., (1967), Pensée formelle et Sciences de l'Homme (trad. port. de Miguel Serras Perreira, "Pensamento Formal e Ciências do Homem"), 2 vols., Lisboa: Presença.

Grolier, E. , (1974), "Le Système des Sciences et l'Évolution du Savoir", in J.A. Wojciechowski (ed.), Conceptual basis of the Classification of Knowledge, 20-118, Pullach/ Munchen: Verlag Dokumentation.

Isko, (1991), "Brochure n° 1", Frankfurt: Isko.

Lacharité, N., (1978), "Sur la Fonction d'une Science de la Classification", Dialogue, XVII, 3: 499-512.

Lineu, C., (1749), Oeconomia Naturae, (trad. franc. de Bernard Jasmin, "L'Équilibre de la Nature"), Paris: Vrin, (1972).

Naudé, G., (1627), Advis pour Dresser une Bibliothèque, Cambridge: Riverside Press (1903).

Otlet, P., (1934), Traité de Documetation: Le Livre sur le Livre, Théorie et Pratique, Bruxelles: Editions Mundaneum.

Peirce, C.S., (1958), Charles S. Peirce Selected Writings. Values in a Universe of Chance (ed. de Philip P. Wiener), New York: Dover Publications.

Perelman, Ch., (1963), "Réflexions Philosophiques sur la Classification", in Centre National de Recherche de Logique / Société Belge de Logique et Philosophie des Sciences (ed.), La Classification dans les Sciences, 231-236, Bruxelles: Éditions J. Duculot S.A. Gembloux.

Wojciechowski, J. A., (1974), "The Philosophical Relevance of the Problem of the Classification of Knowledge", in J.A. Wojciechowski (ed.), Conceptual basis of the Classification of Knowledge, 13-19, Pullach / Munchen: Verlag DoKumentation.

Wojciechowski, J. A., (1974a), "Foreword", in J.A. Wojciechowski, (ed.), Conceptual basis of the Classification of Knowledge, 7-8, Pullach / Munchen: Verlag DoKumentation.